

Seção A - Informações gerais

1 Contexto operacional

(a) Atividades operacionais

A Guararapes Confeções S.A. (“Companhia”) constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&FBOVESPA (“BOVESPA”). A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

Desde 2013 a Guararapes Confeções S.A. mantém um escritório na cidade de Shanghai - China, para intermediar as negociações comerciais. O custo operacional na manutenção deste escritório não é significativo para a Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 15 de fevereiro de 2016.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB))

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data da transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não

diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (a) **CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a empregados:** as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.
- (b) **Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013 :**
 - (i) **CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.
 - (ii) **CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.
 - (iii) **CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmento:** aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para o Grupo

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota6.

Seção B - Riscos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que

apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco “A”, podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa “H”, em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu o complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2015 no montante de R\$ 82.594 (R\$ 55.241 em 2014), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 23. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 25.3, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

g) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

h) Vida útil do imobilizado

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

A investida Lojas Riachuelo quitou os dois empréstimos em moeda estrangeira que venceram em 2015 e adquiriu novos empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro. Para proteger as exposições cambiais relacionadas à esses empréstimos em moeda estrangeira a Companhia contratou operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “Swap”, conforme descrito na Nota 12.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2016, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
US\$	2,10	3,15	4,20	5,25	6,30

CONSOLIDADO

Operação	Moeda	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
			Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
<u>Ativos</u>							
Instrumentos financeiros Derivativos	3,95	63.528	(29.754)	(12.866)	4.021	20.908	37.795
<u>Passivos:</u>							
Fornecedores - Estrangeiros	3,95	159.820	(74.852)	(32.369)	10.115	52.599	95.083
Empréstimos e financiamentos	3,95	597.289	(279.743)	(120.970)	37.803	196.576	355.349
<u>Resultado:</u>							
Variação cambial ativa			(354.595)	(153.339)	4.021	20.908	37.795
Variação cambial passiva			(29.754)	(12.866)	47.918	249.175	450.432
Impacto no Resultado			(384.349)	(166.205)	51.939	270.083	488.227

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em dezembro de 2015, indica uma taxa efetiva da SELIC em 15,08%, cenário provável para 2016.

CONSOLIDADO

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	13,24%	288.206	4.550	6.825	9.100	11.374	13.649
Títulos e valores mobiliários	SELIC	15,30%	222.135	4.024	6.036	8.049	10.061	12.073
Total			510.341	8.574	12.861	17.148	21.435	25.722
Passivos:								
Empréstimos -TJLP	TJLP	9,38%	463.522	5.253	7.880	10.507	13.134	15.760
Empréstimos - CDI	CDI	13,24%	259.164	4.091	6.137	8.183	10.228	12.274
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	4.343	24	36	48	60	72
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	941	6	9	12	14	17
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	12.128	82	123	163	204	245
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	43.092	160	240	320	400	479
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	33.555	145	217	290	362	435
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	3.737	18	28	37	46	55
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	306	1	2	2	3	3
Total			820.788	9.780	14.671	19.561	24.451	29.340
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				8.574	12.861	17.148	21.435	25.722
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(9.780)	(14.671)	(19.561)	(24.451)	(29.340)
Impacto no Resultado				(1.206)	(1.810)	(2.413)	(3.016)	(3.618)

(b) Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 644.072 (R\$ 359.802 em 31 de dezembro de 2014), para cobrir os riscos de crédito.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de alugueis das lojas com vencimentos superiores à 90 dias no valor de R\$ 793 (R\$ 492 em 31 de dezembro de 2014). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas as negociações amigáveis foram concluídas, estão sendo cobrados através de ações judiciais com os riscos de despejos.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Valor Contábil	Controladora				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	37.489	37.489	-	-	-	37.489
Empréstimos e Financiamentos	13.076	5.529	4.140	5.107	-	14.776
	<u>50.565</u>	<u>43.018</u>	<u>4.140</u>	<u>5.107</u>	<u>-</u>	<u>52.265</u>

Operação	Valor Contábil	Consolidado				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	502.447	502.447	-	-	-	502.447
Empréstimos e Financiamentos	1.418.077	867.926	362.671	267.417	20.154	1.518.168
	<u>1.920.524</u>	<u>1.370.373</u>	<u>362.671</u>	<u>267.417</u>	<u>20.154</u>	<u>2.020.615</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(d) Linhas de financiamento

	Consolidado	
	2015	2014
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	1.696.698	588.091
Não utilizado	778.666	1.205.489
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	1.011.941	978.827
Não utilizado	525.080	558.195

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2015, na estratégia do Grupo em ampliar o número de lojas, com a inauguração de 28 novas lojas (45 em 2014), aumentou em relação à de 2014, o índice de alavancagem financeira que passou de 12% para 20%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.418.077	1.002.858
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(367.355)	(358.993)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 11)	(222.135)	(196.122)
Dívida líquida	828.587	447.743
Total do patrimônio líquido	3.390.108	3.175.773
Total do capital	4.218.695	3.623.516
Índice de alavancagem financeira - %	20	12

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Os títulos e valores mobiliários foram considerados de nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

	Consolidado - 2015							
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	74.041	74.043	74.051	222.135	222.159	(24)	10	(14)

	Consolidado - 2014							
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	65.373	130.749	0	196.122	196.171	(49)	20	(29)
Variação no exercício de 2015								15

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

Os derivativos foram considerados de nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base em modelos de precificação consolidados para instrumentos financeiros dessa natureza e foram estimados em R\$ 63.528 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.057 em 31 de dezembro de 2014).

Seção C – Informação por segmento

5 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os ramos mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

Informações por segmento de negócios

O Grupo está amparado nos segmentos denominados “Varejo” e “Financeira”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento “Financeiro” corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão “Riachuelo”.

O segmento “Outros” corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) Ativos e passivos

	2015				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.170.033	2.824.374	746.373	(1.608.993)	4.131.787
Ativo não circulante	2.814.552	174.835	4.236.111	(4.324.450)	2.901.048
Total do ativo	4.984.585	2.999.209	4.982.484	(5.933.443)	7.032.835
Passivo					
Passivo circulante	1.766.011	2.102.818	405.396	(1.558.671)	2.715.554
Passivo não circulante	678.084	9.346	239.743	-	927.173
Total do passivo	2.444.095	2.112.164	645.139	(1.558.671)	3.642.727
Patrimônio líquido	2.540.490	887.045	4.337.345	(4.374.772)	3.390.108
Total de passivo e patrimônio líquido	4.984.585	2.999.209	4.982.484	(5.933.443)	7.032.835
	2014				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.074.184	2.387.156	597.689	(1.495.423)	3.563.606
Ativo não circulante	2.208.200	80.775	3.944.775	(3.856.092)	2.377.658
Total do ativo	4.282.384	2.467.931	4.542.464	(5.351.515)	5.941.264
Passivo					
Passivo circulante	1.143.088	1.741.199	195.783	(1.436.769)	1.643.301
Passivo não circulante	882.561	5.615	234.014	-	1.122.190
Total do passivo	2.025.649	1.746.814	429.797	(1.436.769)	2.765.491
Patrimônio líquido	2.256.735	721.117	4.112.667	(3.914.746)	3.175.773
Total de passivo e patrimônio líquido	4.282.384	2.467.931	4.542.464	(5.351.515)	5.941.264

(b) Resultados

	2015				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.073.907	1.380.307	1.128.762	(1.075.670)	5.507.306
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.374.192)	(190.031)	(686.326)	1.069.417	(2.181.132)
Lucro bruto	1.699.715	1.190.276	442.436	(6.253)	3.326.174
Despesas com vendas	(1.720.511)	(580.899)	(10.183)	1.945	(2.309.648)
Despesas gerais e administrativas	(274.986)	(308.013)	(59.963)	87.622	(555.340)
Honorários	(5.610)	(2.347)	(4.979)	-	(12.936)
Outras receitas operacionais, líquidas	29.339	38.831	39.746	(82.113)	25.803
Resultado de equivalência patrimonial	207.633	-	244.372	(452.005)	-
Despesas operacionais	(1.764.135)	(852.428)	208.993	(444.551)	(2.852.121)
Lucro operacional	(64.420)	337.848	651.429	(450.804)	474.053
Receitas financeiras	181.796	52.931	21.301	(43.743)	212.285
Despesas financeiras	(247.464)	(70.892)	(32.396)	43.705	(307.047)
Resultado financeiro	(65.668)	(17.961)	(11.095)	(38)	(94.762)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(130.088)	319.887	640.334	(450.842)	379.291

	2014				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.749.912	925.656	1.115.902	(1.063.341)	4.728.129
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.060.628)	(136.456)	(661.828)	1.034.784	(1.824.128)
Lucro bruto	1.689.284	789.200	454.074	(28.557)	2.904.001
Despesas com vendas	(1.523.657)	(271.519)	(9.988)	15.421	(1.789.743)
Despesas gerais e administrativas	(238.976)	(235.668)	(64.428)	68.728	(470.344)
Honorários	(5.296)	(4.135)	(5.293)	-	(14.724)
Outras receitas operacionais, líquidas	9.061	33.119	40.470	(79.206)	3.444
Resultado de equivalência patrimonial	189.318	-	145.380	(334.698)	-
Despesas operacionais	(1.569.550)	(478.203)	106.141	(329.755)	(2.271.367)
Lucro operacional	119.734	310.997	560.215	(358.312)	632.634
Receitas financeiras	45.162	38.391	18.115	(31.199)	70.469
Despesas financeiras	(67.104)	(38.111)	(26.216)	31.157	(100.274)
Resultado financeiro	(21.942)	280	(8.101)	(42)	(29.805)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.792	311.277	552.114	(358.354)	602.829

(*) Os valores relativos a indústria, são demonstrados nas tabelas como outros, uma vez que são eliminados para fins de consolidação.

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 37. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

Seção D – Estrutura do Grupo

6 Empresas controladas

- Lojas Riachuelo S.A. (“Lojas Riachuelo”)

As Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, através de suas 285 (257 em 31 de dezembro de 2014) lojas presentes em todo território nacional.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Midway Financeira”)

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país.

7 Investimentos

(a) Controladora

Descrição	2015	2014
Empresas controladas	2.758.658	2.472.649
Lucros dos estoques não realizados	(49.495)	(57.918)
Total dos investimentos	<u>2.709.163</u>	<u>2.414.731</u>

Participações em controladas

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 31/12/2015	Participação e capital votante em 31/12/2015
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	1.294.109	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. – Crédito Financiamento e Investimento (**)	Financeiro	Ativa	50.000	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Participações	Ativa	-	-

(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(**) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

(***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

(b) Mapa de movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A	Lucros dos estoques não realizado	Midway Shopping Center Ltda.	Transp. Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.857.995	(37.274)	206.806	7.480	53	2.035.060
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	129.542	(20.644)	36.744	(281)	19	145.380
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(36)	-	-	-	-	(36)
Dividendos	(30.766)	-	(34.907)	-	-	(65.673)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.256.735	(57.918)	208.643	7.199	72	2.414.731
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	(16.260)	8.423	44.543	10	21	36.737
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	15	-	-	-	-	15
Dividendos	-	-	(42.316)	-	(4)	(42.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.540.490	(49.495)	210.870	7.209	89	2.709.163

(*) Em 11 de dezembro de 2015, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 264.984 (R\$ 269.944 em 2014), de dividendos a pagar de 2014 no valor de R\$ 30.766 (dividendos a pagar de 2013 - R\$ 30.056 em 2014) e aluguel a pagar R\$ 4.250 (em 2014 não foi utilizado) para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo no montante de R\$ 300.000 (R\$ 300.000 em 2014), que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 (194.116 em 2014) mil novas ações.

(c) Informações sobre as investidas

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – Balanço patrimonial sintético

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2015				
Circulante				
Ativo	2.170.033	33.283	7.091	2.824.374
Passivo	(1.766.011)	(15.651)	(1.063)	(2.102.818)
Ativo circulante líquido	404.022	17.632	6.028	721.556
Não circulante				
Ativo	2.814.552	199.537	3.589	174.835
Passivo	(678.084)	(6.299)	(2.371)	(9.346)
Ativo não circulante líquido	2.136.468	193.238	1.218	165.489
Patrimônio líquido	2.540.490	210.870	7.246	887.045
31 de dezembro de 2014				
Circulante				
Ativo	2.074.184	25.231	6.793	2.387.156
Passivo	(1.143.088)	(15.149)	(1.162)	(1.741.199)
Ativo circulante líquido	931.096	10.082	5.631	645.957
Não circulante				
Ativo	2.208.200	206.403	4.685	80.775
Passivo	(882.561)	(7.842)	(3.080)	(5.615)
Ativo não circulante líquido	1.325.639	198.561	1.605	75.160
Patrimônio líquido	2.256.735	208.643	7.236	721.117

II – Demonstração do resultado sintético

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2015				
Receitas	4.073.907	61.703	17.365	1.380.307
Despesas operacionais	(4.203.995)	(8.389)	(17.350)	(1.060.420)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(130.088)	53.314	15	319.887
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	113.828	(8.770)	(5)	(112.231)
Lucro (Prejuízo) líquido	(16.260)	44.544	10	207.656
Dividendos/Lucros de controladas	-	42.317	-	19
31 de dezembro de 2014				
Receitas	3.749.912	57.079	18.046	925.656
Despesas operacionais	(3.652.120)	(13.560)	(18.507)	(614.379)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	97.792	43.519	(461)	311.277
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	31.750	(6.775)	180	(121.937)
Lucro (Prejuízo) líquido	129.542	36.744	(281)	189.340
Dividendos/Lucros de controladas	30.766	34.907	-	-

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

8 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<u>Ativos financeiros:</u>				
Disponível para venda				
Títulos e valores mobiliários	16.040	29.244	222.135	196.122
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	211	968	367.355	358.993
Contas a receber de clientes	294.759	305.481	2.498.552	2.102.907
Valor justo por meio de resultda				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	63.528	6.057
	<u>311.010</u>	<u>335.693</u>	<u>3.151.570</u>	<u>2.664.079</u>
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<u>Passivos financeiros:</u>				
Ao custo amortizado				
Empréstimos e Financiamentos	13.076	15.621	1.418.077	1.002.858
Fornecedores	37.489	17.461	502.447	256.775
	<u>50.565</u>	<u>33.082</u>	<u>1.920.524</u>	<u>1.259.633</u>

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica “Empréstimos e Financiamentos” são atualizados monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 17); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício de relatório está próximo do valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensuradas pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

Os saldos registrados no consolidado, representados por LFT's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2015, estão classificados como títulos e valores mobiliários como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 222.135 (R\$ 196.122 em 31 de dezembro de 2014), conforme Nota 11, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas no valor justo não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada através de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

O caixa da companhia é aplicado em Títulos da Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 102% do CDI CETIP.

O caixa do Grupo é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados ao SELIC (LFTs) e operações compromissadas de 1 dia com instituições AAA.

Carteira de crédito

2015			
Nível	Créditos	Créditos	Total das
de risco(*)	a vencer	vencidos	operações
A	2.128.726	0	2.128.726
B	64.794	38.421	103.215
C	60.938	53.047	113.985
D	42.669	58.639	101.308
E	30.884	67.194	98.078
F	23.029	71.042	94.071
G	17.213	66.376	83.589
H	48.593	354.395	402.988
	<u>2.416.846</u>	<u>709.114</u>	<u>3.125.960</u>
2014			
Nível	Créditos	Créditos	Total das
de risco (*)	a vencer	vencidos	operações
A	1.903.312	0	1.903.312
B	48.937	28.019	76.956
C	35.167	34.246	69.413
D	21.851	28.904	50.755
E	15.796	30.803	46.599
F	9.850	27.832	37.682
G	6.136	22.816	28.952
H	35.459	200.256	235.715
	<u>2.076.508</u>	<u>372.876</u>	<u>2.449.384</u>

(*) Referem-se a categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Recursos em banco e em caixa	125	35	79.149	56.232
Depósitos bancários de curto prazo (a)	86	933	288.206	302.761
	<u>211</u>	<u>968</u>	<u>367.355</u>	<u>358.993</u>

- (a) O saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estava relacionado à controlada indireta Midway Financeira, e estavam aplicados em Letras Financeiras do Tesouro – LFTs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

11 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Letras de Câmbio - MTM	16.040	29.244	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	222.135	196.122
Total	16.040	29.244	222.135	196.122

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	29.244	58.297	196.122	176.937
Aplicação	15.040	24.370	72.477	-
Resgate	(30.636)	(58.930)	(71.031)	-
Reultados abrangentes	-	-	15	(36)
Juros/MTM	2.392	5.507	24.552	19.221
Saldo Final	16.040	29.244	222.135	196.122

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 16.040 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 29.244 em 31 de dezembro de 2014), da controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 17.486 (R\$ 12.259 em 31 de dezembro de 2014) e da controlada Transportadora casa Verde Ltda. no valor de R\$ 3.925 (R\$ 3.458 em 31 de dezembro de 2014), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estavam distribuídos conforme Nota 4.3.

12 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	2015	2014
Instrumentos Financeiros Derivativos	63.528	6.057
Total	63.528	6.057

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada Lojas Riachuelo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira, e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2015, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

Instrumento	Objeto de proteção	Contraparte do valor principal	Consolidado			
			Valor referencial		Valor justo	
			(nacional)			
			2015	2014	2015	2014
Swap	Taxa de câmbio	Bradesco	212.927	149.736	27.993	7.044
Swap	Taxa de câmbio	Santander	100.000	100.000	32.715	(987)
Swap	Taxa de câmbio	Itau	200.000	-	2.820	-
			512.927	249.736	63.528	6.057

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

A controlada Lojas Riachuelo S.A. contratou operações de Swap com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos trimestralmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge*.

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	6.057	-
Variação		
Cambial	57.471	6.057
Saldo Final	63.528	6.057

13 Contas a receber de clientes

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empresa controlada (*)	291.856	304.421	-	-
Cartões de créditos e outros	3.003	1.160	3.143.518	2.463.302
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100)	(100)	(644.966)	(360.395)
Total	294.759	305.481	2.498.552	2.102.907

(*) Refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(100)	(261.551)
Constituições/reversões	-	(267.759)
Baixas	-	168.915
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(100)	(360.395)
Constituições/reversões	-	(571.310)
Baixas	-	286.739
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(100)	(644.966)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2015 é composto por R\$ 100 (R\$ 100 em 2014) da Companhia, R\$ 644.072 (R\$ 359.803 em 2014) da Midway Financeira e com R\$ 793 (R\$ 492 em 2014) do Midway Shopping Center Ltda.

(c) Composição das operações nos correspondentes níveis de risco/qualidade do crédito da Midway Financeira

2015				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.787.219	-	1.787.219	8.936
B - Vencidos até 30 dias	64.795	38.421	103.216	1.032
C - Vencidos de 31 até 60 dias	60.938	53.048	113.986	3.420
D - Vencidos de 61 até 90 dias	42.669	58.639	101.308	10.131
E - Vencidos de 91 até 120 dias	30.884	67.194	98.078	29.423
F - Vencidos de 121 até 150 dias	23.029	71.041	94.070	47.035
G - Vencidos de 151 até 180 dias	17.213	66.377	83.590	58.513
H - Vencidos acima de 180 dias	48.593	354.395	402.988	402.988
Provisão complementar	-	-	-	82.594
Total	2.075.340	709.115	2.784.455	644.072
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				23,13%
2014				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.566.017	-	1.566.017	7.830
B - Vencidos até 30 dias	48.938	28.019	76.957	770
C - Vencidos de 31 até 60 dias	35.167	34.245	69.412	2.082
D - Vencidos de 61 até 90 dias	21.852	28.904	50.756	5.076
E - Vencidos de 91 até 120 dias	15.797	30.804	46.601	13.980
F - Vencidos de 121 até 150 dias	9.850	27.831	37.681	18.841
G - Vencidos de 151 até 180 dias	6.136	22.817	28.953	20.267
H - Vencidos acima de 180 dias	35.459	200.256	235.715	235.716
	-	-	-	55.241
Total	1.739.216	372.876	2.112.092	359.803
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				17,04%

(d) Renegociações da Midway Financeira

As operações renegociadas totalizaram o montante de R\$ 331.778 (R\$ 174.401 em 2014) no exercício. Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 30.319 (R\$ 24.730 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

I - Empresas controladas

	2015	2014
A vencer de 61 a 90 dias	38.931	74.410
A vencer de 31 a 60 dias	109.144	107.134
A vencer até 30 dias	141.162	122.232
Total a vencer	289.237	303.776
Vencidos até 30 dias	2.619	645
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Total vencido	2.619	645
Total	291.856	304.421

Em 11 de dezembro de 2015, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 264.984 (R\$ 269.944 em 2014), de dividendos a pagar de 2014 no valor de R\$ 30.766 (dividendos a pagar de 2013 - R\$ 30.056 em 2014) e aluguel a pagar R\$ 4.250 (em 2014 não foi utilizado) para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo no montante de R\$ 300.000 (R\$ 300.000 em 2014), que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 (194.116 em 2014) mil novas ações (Nota 7).

II – Cartões de créditos e outros

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer há mais de 180 dias	-	-	137.977	133.766
A vencer de 91 e 180 dias	142	-	378.950	336.353
A vencer de 61 e 90 dias	112	522	279.396	246.124
A vencer de 31 e 60 dias	198	54	412.557	345.669
A vencer até 30 dias	81	121	1.220.921	1.027.074
Total a vencer	533	697	2.429.801	2.088.986
Vencidos até 30 dias	25	259	50.232	34.098
Vencidos de 31 e 60 dias	371	4	67.648	40.288
Vencidos de 61 e 90 dias	6	6	69.003	31.835
Vencidos de 91 e 180 dias	1.015	6	213.877	71.060
Vencidos há mais de 180 dias	1.053	188	312.957	197.035
Total Vencido	2.470	463	713.717	374.316
Total	3.003	1.160	3.143.518	2.463.302

14 Estoques

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados e mercadorias para revenda	7.382	7.329	512.286	475.905
Produtos em elaboração	20.886	14.211	20.886	14.211
Matérias-primas	75.407	68.755	75.407	68.755
Materiais secundários e outros	51.519	62.388	65.865	83.435
Importação em andamento	9.179	22.826	82.923	143.578
Materiais em trânsito	552	45	552	45
Provisão para perdas de inventário	-	-	(13.031)	(11.845)
Total	164.925	175.554	744.888	774.084

(b) Movimentação da Provisão para perdas de inventário

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.773)
Constituições	(13.020)
Baixa da provisão por utilização	9.948
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(11.845)
Constituições	(9.183)
Baixa da provisão por utilização	7.997
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(13.031)

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 674.068 (R\$ 649.248 em 2014) na controladora e R\$ 2.181.132 (R\$ 1.824.128 em 2014) no consolidado.

15 Tributos a recuperar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Ativo Imobilizado	(a)	731	779	735	8.196
ICMS a compensar	(b)	-	-	66.382	44.111
Imposto de Renda	(c)	4.688	2.069	99.767	52.158
Contribuição Social	(d)	3.716	642	30.206	16.966
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS a compensar	(e)	-	-	67.342	59.104
INSS a recuperar	(f)	-	-	7.202	6.011
Imposto Produtos Industrializados - IPI	(g)	641	416	641	416
Outros		3	-	27.766	146
Total		9.779	3.906	300.041	187.108
Circulante		9.289	3.249	154.522	99.730
Não Circulante		490	657	119.049	87.378

- (a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar nº 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/48 avos.
- (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte. O aumento nos créditos de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controlada Lojas Riachuelo na formação do estoque, para o evento “Moda casa”.
- (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e saldo de imposto de renda pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2016.
- (d) Saldo de contribuição social pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2016.
- (e) PIS e COFINS referente a compra de equipamentos na Controladora que são aproveitados, conforme art. 4, Inciso XII da lei nº 12.546/2011. No consolidado, o aumento deve-se à formação do estoque, para o evento “Moda casa” e pelo reconhecimento do PIS e COFINS nas aquisições de imobilizado pela controlada Lojas Riachuelo.
- (f) Contribuição ao INSS da Controlada Lojas Riachuelo S.A. a compensar
- (g) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre são compensados através do recolhimento dos tributos federais via PERDCOMP, principalmente relacionados ao PIS e a COFINS.

16 Propriedade para investimento

(a) Composição do saldo

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado		
		2015		2014
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	40	281.292	(82.198)	199.094
				206.296

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	206.296	212.135
Adições	-	1.252
Depreciações	(7.202)	(7.091)
Baixas	-	-
Saldo final	<u>199.094</u>	<u>206.296</u>

A despesa com depreciação no montante de R\$ 7.202 (R\$ 7.091 em 2014), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos estão a seguir:

Descrição	2015	2014
Receitas	61.703	57.079
Despesas operacionais	<u>(8.390)</u>	<u>(13.560)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	53.313	43.519
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(8.770)</u>	<u>(6.775)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	<u>44.543</u>	<u>36.744</u>
Dividendos/Lucros de controladas	42.317	34.907

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) Metodologia para determinação do valor justo

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 743.207 para a data de 31 de dezembro de 2015 (R\$ 695.885 em 31 de dezembro de 2014).

17 Imobilizado

(a) Composição do saldo

		Controladora		
		2015		2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(111.795)	348.619
Imobilizado para uso	5 a 25	480.742	(241.035)	239.707
Total		941.156	(352.830)	588.326

		Consolidado		
		2015		2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(111.795)	348.619
Imobilizado para uso	5 a 25	3.071.191	(1.337.695)	1.733.496
Total		3.531.605	(1.449.490)	2.082.115

17.1 Imóveis Comerciais

(a) Composição do saldo

		Controladora		
		2015		2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	217.976	-	217.976
Edifícios	25	241.984	(111.795)	130.189
Obras em andamento		454	-	454
Total		460.414	(111.795)	348.619

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora			
	Imóveis comerciais			Total
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	215.203	241.984	524	457.711
Adições	-	-	2.703	2.703
Transferências	2.773	-	(2.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	217.976	241.984	454	460.414
Saldos em 31 de dezembro de 2015	217.976	241.984	454	460.414
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(99.679)	-	(99.679)
Despesa de depreciação	-	(6.058)	-	(6.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(105.737)	-	(105.737)
Despesa de depreciação	-	(6.058)	-	(6.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(111.795)	-	(111.795)
<u>Saldos líquidos em:</u>				
31 de dezembro de 2014	217.976	136.247	454	354.677
31 de dezembro de 2015	217.976	130.189	454	348.619

17.2 Imobilizado para uso

(a) Composição do saldo

				Controladora	
				2015	2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	25	113.942	(49.824)	64.118	68.037
Máquinas	16,6	275.003	(143.389)	131.614	132.863
Instalações	20	36.036	(18.761)	17.275	17.081
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	38.179	(27.174)	11.005	12.144
Veículos e transportes	5	3.016	(1.887)	1.129	1.272
Imobilizações em curso	-	14.566	-	14.566	5.574
Total		480.742	(241.035)	239.707	236.971

(*) Do custo de Móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 38.179 (R\$ 36.775 em 2014), R\$ 12.193 (R\$ 10.914 em 2014) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 25.861 (R\$25.861 em 2014), de 10 anos.

				Consolidado	
				2015	2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	25	130.199	(50.460)	79.739	76.967
Benfeitoria imóveis terceiros	10	1.275.920	(423.754)	852.166	761.723
Máquinas	16,6	275.003	(143.389)	131.614	132.864
Instalações	20	496.448	(362.409)	134.039	161.935
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	538.447	(291.695)	246.752	219.758
Veículos e transportes	5	127.563	(65.988)	61.575	69.774
Imobilizado em curso	-	227.611	-	227.611	54.784
Total		3.071.191	(1.337.695)	1.733.496	1.477.805

(**) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 538.447 (R\$ 456.048 em 2014), R\$ 238.271 (R\$ 172.559 em 2014) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 300.176 (R\$ 283.489 em 2014), de 10 anos.

(b) Mapa de movimentação do saldo

Controladora						
Imobilizado						
	Imóveis	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	253.156	33.006	34.504	2.555	2.707
Adições	2	13.758	608	2.395	431	6.789
Baixas	-	(1.774)	(102)	(251)	(109)	-
Transferências	1.535	690	1.570	127	-	(3.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	113.942	265.830	35.082	36.775	2.877	5.574
Adições	-	3.950	330	1.681	483	17.063
Baixas	-	(2.139)	-	(360)	(344)	(2)
Transferências	-	7.362	624	83	-	(8.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	113.942	275.003	36.036	38.179	3.016	14.566
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(122.548)	(17.112)	(21.939)	(1.277)	-
Despesa de depreciação	(3.904)	(12.067)	(991)	(2.946)	(404)	-
Baixas	-	1.648	102	254	76	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(45.905)	(132.967)	(18.001)	(24.631)	(1.605)	-
Despesa de depreciação	(3.919)	(12.285)	(760)	(2.878)	(436)	-
Baixas	-	1.863	-	335	154	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(49.824)	(143.389)	(18.761)	(27.174)	(1.887)	-
Saldos líquidos em:						
31 de dezembro de 2014	68.037	132.863	17.081	12.144	1.272	5.574
31 de dezembro de 2015	64.118	131.614	17.275	11.005	1.129	14.566

	Imobilizado							Total
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	852.263	253.156	493.657	393.701	138.962	32.458	2.276.602
Adições	9.053	93.004	13.758	608	8.227	7.978	222.267	354.895
Baixas	-	(2.519)	(1.774)	(341)	(4.133)	(22.960)	-	(31.727)
Transferências	1.535	137.640	690	1.570	58.253	253	(199.941)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	122.993	1.080.388	265.830	495.494	456.048	124.233	54.784	2.599.770
Adições	7.206	97.148	3.951	330	13.730	5.718	355.117	483.200
Baixas	-	(5.101)	(2.140)	-	(551)	(3.927)	(60)	(11.779)
Transferências	-	103.485	7.362	624	69.220	1.539	(182.230)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	130.199	1.275.920	275.003	496.448	538.447	127.563	227.611	3.071.191
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(235.815)	(122.547)	(304.039)	(195.455)	(64.320)	-	(964.177)
Despesa de depreciação	(4.025)	(82.947)	(12.067)	(29.796)	(44.823)	(11.511)	-	(185.169)
Baixas	-	97	1.648	276	3.988	21.372	-	27.381
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(46.026)	(318.665)	(132.966)	(333.559)	(236.290)	(54.459)	-	(1.121.965)
Despesa de depreciação	(4.434)	(105.178)	(12.285)	(28.850)	(55.749)	(12.007)	-	(218.503)
Baixas	-	89	1.862	-	344	478	-	2.773
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(50.460)	(423.754)	(143.389)	(362.409)	(291.695)	(65.988)	-	(1.337.695)
Saldos líquidos em:								
31 de dezembro de 2014	76.967	761.723	132.864	161.935	219.758	69.774	54.784	1.477.805
31 de dezembro de 2015	79.739	852.166	131.614	134.039	246.752	61.575	227.611	1.733.496

O montante de adição no imobilizado refere-se basicamente a controlada Lojas Riachuelo, que inaugurou 28 novas lojas e duas remodelações durante o exercício de 2015 (45 novas lojas e cinco remodelações e, 2014).

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

17.3 Depreciação

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo, efetuaram a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2015, com o auxílio dos engenheiros da Companhia. Até 31 de dezembro de 2015, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2010. A Companhia procede a esta revisão anualmente.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

17.4 Imobilizações em andamento

Consolidado:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis entre cinco e dez anos.

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos centros de distribuição.

17.5 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são

superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

18 Intangível

(a) Composição do saldo

				Controladora	
				2015	2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes	-	85	-	85	85
Gastos com implantação	5	2.312	(1.888)	424	886
Total		2.397	(1.888)	509	971

				Consolidado	
				2015	2014
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.065	-	1.065	1.021
Pontos comerciais	(*)	51.572	(16.769)	34.803	29.614
Software	5	111.255	(66.681)	44.574	25.217
Gastos com implantação	5	43.672	(21.222)	22.450	11.019
Total		207.564	(104.672)	102.892	66.871

(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 48.572 (R\$ 39.692 em 2014), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

(b) Mapa de movimentação do saldo

As movimentações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora		
	Marcas e patentes	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	70	2.312	2.382
Aquisição	15	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85	2.312	2.397
Saldos em 31 de dezembro de 2015	85	2.312	2.397
<u>Amortização</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(963)	(963)
Despesas com amortização	-	(463)	(463)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(1.426)	(1.426)
Despesas com amortização	-	(462)	(462)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(1.888)	(1.888)
<u>Saldos líquidos em:</u>			
31 de dezembro de 2014	85	886	971
31 de dezembro de 2015	85	424	509

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	951	38.462	83.508	2.359	125.280
Adições	70	4.230	11.408	11.562	27.270
Baixas	-	-	(12)	-	(12)
Transferências (**)	-	-	(14.045)	14.045	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.021	42.692	80.859	27.966	152.538
Adições	44	8.880	30.396	15.706	55.026
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.065	51.572	111.255	43.672	207.564
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(10.173)	(61.280)	(1.011)	(72.464)
Despesa de amortização	-	(2.905)	(8.419)	(1.879)	(13.203)
Transferências (**)	-	-	14.057	(14.057)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(13.078)	(55.642)	(16.947)	(85.667)
Despesa de amortização	-	(3.691)	(11.039)	(4.275)	(19.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(16.769)	(66.681)	(21.222)	(104.672)
<u>Saldos líquidos em:</u>					
31 de dezembro de 2014	1.021	29.614	25.217	11.019	66.871
31 de dezembro de 2015	1.065	34.803	44.574	22.450	102.892

As adições de softwares no montante R\$ 30.396 (R\$ 11.408 em 2014) no consolidado do exercício de 2015, referem-se a diversos softwares adquiridos para a matriz, para as novas lojas e para o novo Centro Logístico de Guarulhos da controlada Lojas Riachuelo.

(**) Transferência de gastos com implantação registrados com software de exercícios anteriores.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Nacionais	37.489	17.461	342.627	203.167
Estrangeiros	-	-	159.820	53.608
Total	<u>37.489</u>	<u>17.461</u>	<u>502.447</u>	<u>256.775</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data final de cada exercício.

20 Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional							
Juros de	Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2015	2014	2015	2014
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2016	-	-	148.717	59.217
106,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2016	-	-	110.447	-
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2016	306	221	306	221
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	206.039	320.058
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	243.777	220.261
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	2.842	5.466
3,50% a.a.		BNDES - Guararapes	Até 2021	1.278	-	1.278	-
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Guararapes	Até 2017	627	1.165	627	1.165
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	103	197
4,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	3.613	6.709
5,00% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	941	1.306
5,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	12.128	15.391
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(f)	BNDES - Guararapes	Até 2019	9.993	14.235	9.992	14.235
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(f)	BNDES - Guararapes	Até 2021	872	-	872	-
3,00% a.a.	(h)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	43.092	51.613
3,50% a.a.	(i)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	855	932
3,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	31.422	41.912
4,00% a.a.	(j)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	1.366	1.821
4,00% a.a.	(j)	BNDES - Transp. Casa Verde	Até 2019	-	-	2.371	3.080
				<u>13.076</u>	<u>15.621</u>	<u>820.788</u>	<u>743.584</u>
Moeda Estrangeira							
1,95% a.a mais variação cambial (*)	(k)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até dez/2015	-	-	-	159.372
1,84% a.a mais variação cambial (*)	(k)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até dez/2015	-	-	-	99.902
2,81% a.a mais variação cambial (*)	(k)	ITAU - Lojas Riachuelo	Até jan/2017	-	-	207.322	-
1,92% a.a mais variação cambial (*)	(k)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até fev/2016	-	-	142.228	-
2,57% a.a mais variação cambial (*)	(k)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até jul/2016	-	-	247.739	-
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>597.289</u>	<u>259.274</u>
Total		-	252.484	<u>13.076</u>	<u>15.621</u>	<u>1.418.077</u>	<u>1.002.858</u>
Circulante				4.736	5.112	836.498	212.119
Não-circulante				8.340	10.509	581.579	790.739

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	13.076	15.621	1.418.077	1.002.858
Instrumentos Financeiros derivativos (*)	-	-	(63.528)	(6.057)
Empréstimos e financiamentos líquidos	<u>13.076</u>	<u>15.621</u>	<u>1.354.549</u>	<u>996.801</u>

(*) Empréstimos contratadas pela controlada Lojas Riachuelo S.A. para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

- (a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.
- (b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia, e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).
- (c) Recursos utilizados para o capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.
- (d) Recursos utilizados pela controlada Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na construção do Teatro Riachuelo. Os juros apurados durante a construção do teatro foram capitalizados. Após a conclusão da expansão e do teatro, os juros passaram a ser alocados diretamente na despesa financeira.
- (e) Recursos liberados à Companhia para a compra de equipamentos para a unidade fabril de Natal e também para a compra de equipamentos no Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na montagem do Teatro Riachuelo.
- (f) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o “Call Center” da Lojas Riachuelo.
- (g) Recursos utilizados para compra de equipamentos na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo
- (h) Financiamento da aquisição de uma nova aeronave através do Banco Bradesco pela controlada Lojas Riachuelo S.A., para tornar mais ágeis as viagens de acompanhamento das novas lojas inauguradas e a inaugurar.
- (i) Financiamento das aquisições de paleteiras através do Banco Santander pela controlada Lojas Riachuelo S.A.
- (j) Financiamento para aquisição de caminhões para a Lojas Riachuelo e a Transportadora Casa Verde Ltda.
- (k) Financiamento de capital de giro na reforma e expansão da rede lojas da controlada Lojas Riachuelo S.A.

Todos os contratos firmados pela Companhia com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2021. Os contratos das controladas com o BNDES e o Sandander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória.

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - “covenants” para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos “covenants”, e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada(*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2015 a margem EBITDA Adaptada era de 17,02%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2015 a relação era de 13,27%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2015 a liquidez corrente era de 1,52.

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos é próximo ao seu saldo contábil, uma vez, que o impacto do desconto não é significativo.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.057	15.207	170.658	406.672
Captações	1.135	-	81.380	524.801
Juros	1.310	-	63.784	-
Transferências	4.698	(4.698)	140.734	(140.734)
Amortização de Juros	(1.114)	-	(41.006)	-
Pagamento de principal	(5.974)	-	(203.431)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.112	10.509	212.119	790.739
Captações	1.215	2.249	240.792	637.617
Juros	1.115	-	168.286	-
Transferências	4.418	(4.418)	846.777	(846.777)
Amortização de Juros	(961)	-	(63.901)	-
Pagamento de principal	(6.163)	-	(567.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.736	8.340	836.498	581.579

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2016	4.736	827.267
2017	3.626	334.491
2018	2.715	104.058
2019	1.542	74.852
2020	422	57.783
2021	35	11.660
2022 a 2023	-	7.966
Total	13.076	1.418.077

O valor justo dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é próximo ao seu saldo contábil, uma vez, que o impacto do desconto não é significativo.

(i) Valor justo dos empréstimos

A controlada Lojas Riachuelo optou por adotar a opção prevista no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, de mensurar os empréstimos obtidos em julho e novembro de 2015, junto ao Bradesco e Itaú respectivamente, pelo seu valor justo (*“fair value option”*), considerando sua política de gerenciamento de risco financeiro, tendo em vista que a controlada sofreu em seus resultados os efeitos entre o descasamento da contabilização dos empréstimos a custo amortizado e o cálculo das transações para proteção cambial a valor justo.

21 Salários, provisões e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão de férias e encargos	6.839	14.853	75.777	63.633
Salários a pagar	18	5	1.608	555
FGTS a recolher	2.102	2.124	7.451	9.009
INSS a recolher	3.416	5.100	27.168	17.863
PIS a recolher	425	832	10.528	10.112
COFINS a recolher	1.956	3.833	48.698	47.674
Encargos de rescisão	2.684	2.870	2.684	2.870
Participações nos lucros	-	-	32.567	67.944
Outros	104	125	5.661	6.407
Total	<u>17.544</u>	<u>29.742</u>	<u>212.142</u>	<u>226.067</u>

22 Obrigações com administradores de cartões

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 634.031 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 470.585 em 31 de dezembro de 2014) representa as contas a pagar com as adquirentes de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão “co-branded” em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas adquirentes em um prazo de 27 dias da data da transação.

23 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão por natureza				
Trabalhistas	-	-	3.290	6.331
Fiscais	104.913	94.375	181.578	173.944
Cíveis	-	-	16.580	11.343
Processuais	<u>6.422</u>	<u>4.022</u>	<u>6.422</u>	<u>4.022</u>
	111.335	98.397	207.870	195.640
Depósito judicial				
Fiscais	<u>(103.215)</u>	<u>(91.968)</u>	<u>(103.215)</u>	<u>(91.968)</u>
Total	<u>8.120</u>	<u>6.429</u>	<u>104.655</u>	<u>103.672</u>

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora		
	Fiscal	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	78.234	(74.973)	3.261
Constituições	12.780	-	12.780
Pagamentos	-	(10.782)	(10.782)
Encargos	7.383	(6.213)	1.170
Saldo em 31 de dezembro de 2014	98.397	(91.968)	6.429
Constituições	4.405	-	4.405
Pagamentos	-	(2.224)	(2.224)
Encargos	8.533	(9.023)	(490)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	111.335	(103.215)	8.120

	Consolidado				
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito
Saldo em 31 de dezembro de 2013	134.656	5.086	8.740	148.482	(74.973)
Constituição	35.927	1.245	2.750	39.922	-
Pagamento	-	-	(147)	(147)	(10.782)
Encargos	7.383	-	-	7.383	(6.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	177.966	6.331	11.343	195.640	(91.968)
Constituição	1.501	-	10.367	11.868	-
Pagamento	-	(3.041)	(5.130)	(8.171)	(2.224)
Encargos	8.533	-	-	8.533	(9.023)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	188.000	3.290	16.580	207.870	(103.215)

(c) Processos tributários

(c.1) Controladora

(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados

- Processo 2007.84.00.001176-6 – PIS/COFINS sobre ICMS

Em 2007, a Companhia impetrou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, arguindo a inconstitucionalidade do pagamento do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre ICMS embutido no preço de venda.

A Companhia obteve liminar para suspender tais pagamentos, portanto passou a constituir a provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis no passivo não circulante.

Em janeiro de 2011, a liminar foi cassada e a Companhia para recorrer da decisão efetuou depósito judicial no mês de fevereiro de 2011 no valor de R\$ 34.174, que acumulado até 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 100.899 (até 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 89.652). Os saldos provisionados em 31 de dezembro de 2015 foram atualizados pela taxa SELIC e montam em R\$ 17.871 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 16.007) para o PIS e R\$ 82.684 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 74.010) para a COFINS, ambos registrados na conta de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. O processo encontra-se em tramitação na 3ª Vara Federal do RN.

- Outros processos

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCR e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo do INSS. Em 31 de dezembro de 2015, a provisão totalizava R\$ 4.358. Com relação a esses processos, foi efetuado um depósito judicial de R\$ 2.316. A Companhia

mantem uma provisão para perdas processuais no montante de R\$ 6.422 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.022 em 31 de Dezembro de 2014).

<u>Provisionado</u>	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	100.555	(100.899)	(344)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Processuais	6.422	-	6.422
Total em 31 de dezembro de 2015	<u>111.335</u>	<u>(103.215)</u>	<u>8.120</u>

<u>Provisionado</u>	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	90.017	(89.652)	365
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Processuais	4.022	-	4.022
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>98.397</u>	<u>(91.968)</u>	<u>6.429</u>

(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Recurso Voluntário nº 154.775), tendo como objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, no período de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos montam a R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778, que atualizados até 31 de dezembro de 2015 representam R\$ 206.295, R\$ 35.584 e R\$ 93.269 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 163.307 e R\$ 33.939), respectivamente.

A administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota, logo, nenhuma provisão foi constituída.

(c.2) Consolidado

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

Os processos tributários encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento, como segue:

- Salário-educação - Ação Ordinária

A Controlada Lojas Riachuelo ingressou com Ação Ordinária nº 97.0034561-0 a fim de questionar a constitucionalidade da contribuição do salário-educação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal – STF, através da Súmula 732, julgou constitucional a cobrança da contribuição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu a lavratura de Autos de Infração os quais foram impugnados em razão da decadência ocorrida em parte do período objeto da autuação. O valor da provisão atualizado com aplicação de multa e juros monta a R\$ 2.021 (R\$ 1.390 em 2014).

- PIS e COFINS – Créditos

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são incluídas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar. A Controlada constituiu provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R\$ 74.644 (R\$ 60.215 em 2014), dos quais R\$ 14.429 foram constituídos em 2015.

- PIS e COFINS – Faturamento de Manaus

A controlada Lojas Riachuelo discutiu judicialmente a exigibilidade do PIS e da COFINS sobre a receita de vendas em Manaus, tendo havido trânsito em julgado da decisão favorável, o que propiciou a reversão da provisão constituída mensalmente desde o deferimento da medida liminar (R\$ 17.964 em 2014).

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 9.346 (R\$ 5.615 em 31 de dezembro de 2014). A controlada Lojas Riachuelo possui R\$ 10.524 (R\$ 12.059 em 31 de dezembro de 2014) e na Guararapes Confecções R\$6.422 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.022 em 2014) de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$ 26.292 (R\$ 21.696 em 31 de dezembro de 2014).

O quadro abaixo apresenta o resumo dos valores provisionados e seus respectivos depósitos judiciais, quando aplicável, por processo.

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	100.555	(100.899)	(344)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Salário-Educação	2.021	-	2.021
PIS/COFINS - Créditos	74.644		74.644
Processos de natureza trabalhista e cível	26.292	-	26.292
Total em 31 de dezembro de 2015	<u>207.870</u>	<u>(103.215)</u>	<u>104.655</u>

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	90.017	(89.652)	365
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Salário-Educação	1.390	-	1.390
PIS/COFINS - Créditos	78.179	-	78.179
Processos de natureza trabalhista e cível	21.696	-	21.696
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>195.640</u>	<u>(91.968)</u>	<u>103.672</u>

(c.2.3) Processos possíveis não provisionados

A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de Dezembro de 2015 processos tributários no montante de R\$ 189.861 (R\$ 121.853 em 31 de dezembro de 2014), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais IFRS. Os principais processos estão descritos a seguir:

- PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de 1989 a maio de 1992)

Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 2.956 (R\$ 2.617 em 31 de dezembro de 2014).

A Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da controlada, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo.

- PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de junho de 1992 a janeiro de 1995)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 21.731 (R\$ 19.226 em 31 de dezembro de 2014) e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS - auto de infração base de cálculo indevida

Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SFR, auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 7.414 (R\$ 6.560 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensão pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2445/88 e nº 2449/88, razão pela qual se decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS / COFINS - Auto de Infração - glosa de créditos

A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de auto de infração n.º 19515.72081/2013-19, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 41.501 (R\$ 36.716 em 31 de dezembro de 2014). Houve decisão de parcial procedência do auto de infração, seguida da interposição de recurso administrativo por parte da empresa e que se encontra pendente de julgamento. Não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS/COFINS/II - Importação

A Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e Imposto de Importação nas operações de importações e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 26.957 (R\$ 23.850 em 31 de dezembro de 2014). A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- ICMS – base de cálculo

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ BA lavrou autos de infração para a controlada Lojas Riachuelo em virtude de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais, cujo valor exigido com aplicação de juros e penalidades monta a R\$

6.741. A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da controlada.

- Refis – Lei Federal nº 11.941/09

A Controlada Lojas Riachuelo S.A., apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, aderiu em dezembro de 2013 ao programa REFIS da Crise”, instituído pelas Leis 11.941/09 e 12.865/13, efetuando o parcelamento do crédito tributário no montante total de R\$ 22.543 em 60(sessenta) meses, de débitos Federais no montante total de R\$ 22.543 (R\$ 25.059 em 31 de dezembro de 2014), obrigação esta que vem cumprindo desde a data da adesão.

(d) Depósitos judiciais e outros

(d.1) Composição do saldo

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	807	807	1.381	1.381
Cível/Trabalhista	3.990	3.265	6.526	5.031
Outros (**)	563	563	1.532	1.098
Total	5.360	4.635	15.035	13.106

(*) ICMS – Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0. Através da referida execução fiscal, o Fisco Estadual executa um montante de R\$ 5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativos às operações tributadas realizadas no exercício de 2004 pela controlada Lojas Riachuelo no Estado do Rio de Janeiro, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco Estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009, a controlada apresentou embargos à execução fiscal que representaram a suspensão do curso da execução e remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.

(**) No item “Outros” de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, está incluso o valor de R\$ 434, referente a empréstimos compulsórios.

(d.2) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.890	11.713
Depósitos	2.553	3.249
Baixa de depósito	(1.808)	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.635	13.106
Depósitos	2.344	3.730
Baixa de depósito	(1.619)	(1.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.360	15.035

24 Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (20% para a Midway Financeira).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	117.503	23.197
Contribuição social sobre base negativa	-	-	42.301	8.333
	-	-	159.804	31.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	166.457	75.590
Provisão para contingências e impostos a recolher	35.646	32.063	71.706	68.183
Custo atribuído	(78.425)	(80.306)	(98.676)	(97.024)
Outras provisões temporárias	-	-	20.543	28.285
Total	(42.779)	(48.243)	319.834	106.564
Ativo não circulante	-	-	382.863	171.525
Passivo não circulante	(42.779)	(48.243)	(63.030)	(64.961)
	(42.779)	(48.243)	319.833	106.564

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	-	-	159.804	31.530
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	166.457	75.590
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis e impostos a recolher	35.646	32.063	92.249	96.468
Total	35.646	32.063	418.510	203.588

A expectativa de realização está assim apresentada:

	Consolidado	
	2015	2014
2015	-	31.530
2019	7.776	
2020	20.337	
2021	38.759	-
2022	61.850	-
2023	31.082	-
	159.804	31.530

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2015 o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal.

Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a Provisão para créditos de liquidação duvidosas, e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que sua realização não tem data previstas. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis também a data da realização é incerta, pois depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs	78.425	80.306	98.676	97.024
Total	<u>78.425</u>	<u>80.306</u>	<u>98.676</u>	<u>97.024</u>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs	230.662	236.194	290.224	285.365
Total	230.662	236.194	290.224	285.365
IR diferido à alíquota de 25%	57.665	59.049	72.556	71.341
CSLL diferida à alíquota de 9%	20.760	21.257	26.120	25.683
Total	<u>78.425</u>	<u>80.306</u>	<u>98.676</u>	<u>97.024</u>

Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro contábil antes do IR e CS	377.409	509.059
Alíquota nominal do IR e CS	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas	(128.319)	(173.080)
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Adições (exclusões) temporárias:		
Equivalência patrimonial	12.491	49.429
Incentivos fiscais - IR	38.173	44.701
IR e CSLL sobre juros capital próprio	46.204	45.364
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	3.582	6.236
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs	1.882	2.291
Despesas Indedutíveis	2.376	2.346
Tributos com exigibilidades suspensas	(3.583)	(6.236)
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	<u>(27.194)</u>	<u>(28.949)</u>
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Corrente	(32.658)	(37.476)
Diferido	5.464	8.527
Total	<u>(27.194)</u>	<u>(28.949)</u>
Saldo apurado a pagar	32.658	37.476
Pagamentos antecipados	(31.602)	(37.393)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	829	746
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>1.885</u>	<u>829</u>

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	379.291	602.829
Alíquota nominal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(128.959)	(204.962)
Conciliação		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira	(22.558)	(20.746)
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61.515)	(16.528)
Incentivos Fiscais - IR	38.173	44.701
IR e CSLL sobre juros do capital próprio	46.204	45.364
Despesas indedutíveis	10.269	(29.579)
Lucros nos estoques	(5.298)	(5.798)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores	89.194	59.232
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção do CPCs	5.414	5.597
Total	<u>(29.076)</u>	<u>(122.719)</u>
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Correntes	(247.594)	(190.561)
Diferidos	218.518	67.842
Total	<u>(29.076)</u>	<u>(122.719)</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	247.594	190.561
Pagamentos antecipados	(191.735)	(134.828)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	145.143	89.410
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>201.002</u>	<u>145.143</u>

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 8.122 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 8.604). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 14.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.761 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.925).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14 que converteu a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2015, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R\$ 2.600.000 para R\$ 2.900.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 300.000 (em 27 de março de 2014, o aumento foi de R\$ 2.300.000 para R\$ 2.600.000).

Composição com destaque dos principais acionistas						
Acionista	Total	%	Escritural Ordinária		Escritural Preferencial	
				%		%
NEVALDO ROCHA	13.086.127	20,97	5.752.844	18,44	7.333.283	23,50
LISIANE GURGEL ROCHA	13.045.964	20,91	6.122.414	19,62	6.923.550	22,20
ELVIO GURGEL ROCHA	12.801.760	20,52	5.933.210	19,02	6.868.550	22,01
FLAVIO GURGEL ROCHA	12.701.759	20,35	5.833.209	18,70	6.868.550	22,01
OUTROS	10.764.390	17,25	7.558.323	24,22	3.206.067	10,28
TOTAL	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

25.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

A administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11 de março de 2015, 11 de junho de 2015 e 11 de setembro de 2015, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 135.895, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	2015	2014
Patrimônio líquido do exercício anterior	3.175.773	2.829.123
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(155.940)	(160.387)
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP	3.019.833	2.668.736
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	4,50%	5,00%
Juros sobre capital próprio bruto	135.895	133.424
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(19.412)	(18.787)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	116.483	114.637
<u>Juros sobre capital próprio bruto por ação</u>		
Ações ordinárias - ON	2,0741	2,0364
Ações Preferenciais - PN	2,2815	2,2400

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2015 e 2014:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	350.215	480.110
Incentivo fiscal do imposto de renda	(38.173)	(44.701)
Constituição de reserva legal	(15.602)	(21.770)
Base de cálculo do dividendo	296.440	413.639
Dividendo mínimo obrigatório	74.110	103.410
Dividendo adicional proposto	-	-
Dividendo proposto	74.110	103.410
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,00	25,00

	Quantidade de ações	2015	2014
<u>Total de dividendos por tipo de ação:</u>			
Ordinária	31.200.000	35.290	49.243
Preferencial	31.200.000	38.820	54.167
		74.110	103.410
<u>Dividendos por ação</u>			
Ações ordinárias - ON		1,13	1,58
Ações Preferenciais - PN		1,24	1,74

Comparação dos juros sobre capital próprio com a apuração dos dividendos:

	2015	2014
Dividendos apurados	74.110	103.410
Juros sobre capital próprio líquido	(116.483)	(114.637)
Excesso de Juros sobre capital próprio líquido ao dividendos apurados	(42.373)	(11.227)

Nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório demonstrado acima.

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	115.037	101.602
Juros sobre capital próprio - provisão	135.895	133.424
Pagamento de IRRF	(19.412)	(18.787)
Pagamentos de juros sobre capital próprio (*)	<u>(114.193)</u>	<u>(101.202)</u>
Saldo final	<u><u>117.327</u></u>	<u><u>115.037</u></u>

(*) Do montante de Juros sobre capital próprio pago, R\$ 44.268 (R\$ 38.834 em 2014) dos acionistas majoritários foram transferidos para partes relacionadas - contrato de mútuo.

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2015 de R\$ 160.545 (R\$ 280.215 em 31 de dezembro de 2014) foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral que deve ser realizada até 30 de abril de 2016.

25.3 Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

Reserva de investimentos

Os lucros, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivo fiscal - SUDENE e atribuição dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2014, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 14 de abril de 2015.

Reserva de incentivos fiscais

Imposto de renda

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

O incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 38.173 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 44.701).

A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 86.758 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 83.220).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

25.5 Outros resultados abrangentes – Ajuste e valor justo de investimentos

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 4.3.

26 Partes relacionadas

(i) Saldos

Ativo circulante

<u>Controladas</u>		Controladora			
		Títulos e valores mobiliários		Contas a receber	
		2015	2014	2015	2014
Lojas Riachuelo					
- Duplicatas	(a)	-	-	291.856	304.421
- Aluguel, dividendos e outros	(b)	-	-	7.172	38.176
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	-	-	10.676	10.410
Midway Financeira - Lucro distribuído	(f)	-	-	20	-
Midway Financeira	(e)	16.040	29.244	-	-
		<u>16.040</u>	<u>29.244</u>	<u>309.724</u>	<u>353.007</u>

Passivo não circulante

<u>Mútuo - Acionista</u>		Controladora e Consolidado	
		Passivo não Circulante	
		2015	2014
Nevaldo Rocha - Presidente	(c)	168.408	123.806
Elvio Gurgel Rocha	(c)	-	29.030
Total		<u>168.408</u>	<u>152.836</u>

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial	152.836	127.819
Captação	5.000	-
Amortização	(53.480)	(28.524)
Transferência de juros sobre capital próprio (*)	44.268	38.834
Juros	19.784	14.707
Saldo final	168.408	152.836

(ii) Transações

	Controladora	
	Receita	
	2015	2014
<u>Controladas</u>		
Lojas Riachuelo - Vendas	(a) 1.265.957	1.243.580
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros	(b) 49.271	50.443
Midway Financeira	(e) 2.377	7.988
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel	(b) 25	24
Total	1.317.630	1.302.035

- (a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 90 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.
- (b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.
- (c) Foram firmados contratos de empréstimos entre a Companhia e seus acionistas, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2015, montava em R\$ 168.408 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 152.836) na controladora e no consolidado, com vencimentos para dezembro de 2020, e de remuneração correspondente a 99% da taxa do CDI.
- (d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway Shopping Center Ltda.
- (e) Refere-se a títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada Midway Financeira.
- (f) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway S.A. – Crédito Financiamento e Investimentos.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembléia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 14 de abril de 2015:

<u>Remuneração</u>	Controladora	
	2015	2014
Do Conselho de Administração	1.239	1.239
Da Diretoria	3.394	3.707
Do Conselho Fiscal	346	346
Total	<u>4.979</u>	<u>5.292</u>

<u>Remuneração</u>	Consolidado	
	2015	2014
Do Conselho de Administração	1.239	1.239
Da Diretoria	11.351	13.139
Do Conselho Fiscal	346	346
Total	<u>12.936</u>	<u>14.724</u>

27 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Em dezembro de 2011, a Companhia e as suas controladas contrataram a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar, denominado “Riachuelo PREV”, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contribuição da Companhia	740	753	8.250	8.247
Contribuições dos funcionários	562	586	7.382	6.678
Total	<u>1.302</u>	<u>1.339</u>	<u>15.632</u>	<u>14.925</u>

28 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	<u>1.271.138</u>	<u>1.256.373</u>
	1.271.138	1.256.373
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(163.609)	(162.487)
ICMS – Incentivo fiscal	86.758	83.220
IPI	(6.615)	(4.526)
COFINS	(92.554)	(92.117)
PIS	(20.094)	(20.000)
INSS	(12.389)	(11.925)
Devoluções de vendas	<u>(12.941)</u>	<u>(7.761)</u>
	(221.444)	(215.596)
Receita operacional líquida	<u>1.049.694</u>	<u>1.040.777</u>

	Consolidado	
	2015	2014
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	5.182	5.051
Vendas no varejo	6.056.263	5.537.495
Operações de crédito	1.459.786	981.106
Locação de lojas	60.807	55.876
Serviços de transportes	14	1
	<u>7.582.052</u>	<u>6.579.529</u>
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(1.022.467)	(945.239)
ICMS – Incentivo fiscal	86.758	83.220
IPI	-	-
COFINS	(469.750)	(420.311)
PIS	(98.737)	(89.025)
INSS	(46.776)	(51.505)
ISS	(10.897)	(8.260)
Devoluções de vendas	(321.288)	(299.398)
Outros	(191.589)	(120.882)
	<u>(2.074.746)</u>	<u>(1.851.400)</u>
Receita	<u><u>5.507.306</u></u>	<u><u>4.728.129</u></u>

29 Custo dos produtos vendidos, serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

29.1 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora	
	2015	2014
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(42.599)	(29.132)
Matéria-prima	(313.919)	(318.093)
Pessoal	(231.428)	(243.541)
Depreciação e amortização	(17.265)	(17.265)
Outros custos (a)	(68.857)	(41.217)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(674.068)</u>	<u>(649.248)</u>
	Consolidado	
	2015	2014
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(1.501.006)	(1.219.537)
Matéria-prima	(235.398)	(231.263)
Pessoal	(173.541)	(177.061)
Depreciação e amortização	(18.360)	(17.931)
Outros custos (b)	(252.827)	(178.336)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(2.181.132)</u>	<u>(1.824.128)</u>

- (a) Destacam-se dentro de outros custos os gastos com gás, energia elétrica, água e serviços de terceiros pessoas jurídicas. Somente os gastos com serviços de terceiros pessoas jurídicas passaram de R\$ 14.258 em 2014 para R\$37.763 em 2015, decorrente do aumento do volume de produção efetuados por terceiros.
- (b) Além dos gastos de produção mencionados acima, inclui os custos dos serviços prestados da Midway Financeira e da Transportadora Casa Verde Ltda. a terceiros.

29.2 Despesas com vendas

	Controladora	
	2015	2014
Despesas com pessoal	(1.541)	(1.326)
Serviços de terceiros	(8.225)	(8.266)
Serviços públicos	(28)	(21)
Impostos e taxas diversas	(16)	(20)
Depreciação e amortização	(94)	(121)
Outras despesas	(279)	(234)
Total	<u>(10.183)</u>	<u>(9.988)</u>
	Consolidado	
	2015	2014
Despesas com pessoal (a)	(683.347)	(645.043)
Serviços de terceiros	(240.228)	(203.355)
Serviços públicos	(119.987)	(84.239)
Despesa com aluguéis e condomínio	(197.032)	(159.831)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas	(572.336)	(266.386)
Depreciação e amortização	(174.344)	(143.467)
Outras despesas	(322.374)	(287.422)
Total	<u>(2.309.648)</u>	<u>(1.789.743)</u>

- (a) O crescimento das despesas com pessoal é o reflexo do aumento de lojas da controlada Lojas Riachuelo. Em dezembro de 2015, esta controlada possui 285 pontos de vendas, contra 257 existentes em dezembro de 2014.

29.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	2015	2014
Despesas com pessoal	(24.011)	(22.351)
Serviços de terceiros	(2.064)	(3.096)
Serviços públicos	(856)	(792)
Depreciação e amortização	(3.301)	(3.389)
Outras despesas	(12.961)	(12.798)
Total	<u>(43.193)</u>	<u>(42.426)</u>
	Consolidado	
	2015	2014
Despesas com pessoal	(227.687)	(189.604)
Serviços de terceiros	(46.950)	(51.046)
Serviços públicos	(6.751)	(4.670)
Depreciação e amortização	(51.987)	(41.329)
Outras despesas	(221.965)	(183.695)
Total	<u>(555.340)</u>	<u>(470.344)</u>

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora	
	2015	2014
Aluguéis	49.296	50.467
Recuperação de débitos	1	-
Depreciação e amortização	(6.057)	(6.057)
Outros	(4.494)	(4.342)
Total	38.746	40.068

	Consolidado	
	2015	2014
Multa contratual	801	428
Recuperação de tributos(*)	28.631	4.828
Depreciação e amortização	(6.057)	(6.057)
Juros e multas sobre provisão de riscos	(8.323)	(17.168)
Outros(**)	10.751	21.413
Total	25.803	3.444

(*) No exercício de 2015 a controlada Lojas Riachuelo recuperou os valores de PIS/COFINS das filiais de localizadas em Manaus registradas até 2014 no valor de R\$ 17.964 , bem como PIS/COFINS de frete nacional e internacional de importação e do IPTU num montante de R\$ 7.989, totalizando R\$ 25.953 da rubrica Recuperação de tributos (R\$ 4.828 – Substituição tributária em 2014).

(**) Em dezembro de 2014 a controlada Lojas Riachuelo realizou a venda da aeronave no qual obteve um ganho na alienação de R\$ 5.313, além de recuperar em 2014 e as despesas com créditos pendentes no valor de R\$ 7.474, totalizando R\$ 12.787 de outras receitas operacionais.

31 Despesas financeiras líquidas

	Controladora	
	2015	2014
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	2.377	5.473
Juros ativos	9.054	6.705
Descontos obtidos	459	109
Variação cambial ativa	5.432	2.879
Outras receitas financeiras	(742)	-
	16.580	15.166
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(21.329)	(16.445)
Juros passivos	(9.437)	(7.505)
Outras despesas financeiras	(1.159)	(1.428)
	(31.925)	(25.378)
Resultado Financeiro	(15.345)	(10.212)

	Consolidado	
	2015	2014
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos aplicações financeiras	53.148	38.391
Juros ativos	9.613	7.136
Descontos obtidos	15.429	11.983
Ganhos Derivativos	128.005	6.057
Variação cambial ativa	5.433	2.878
Outras receitas financeiras	657	4.024
	<u>212.285</u>	<u>70.469</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(84.168)	(64.194)
Juros passivos	(36.620)	(20.251)
Tarifas bancárias	(3.562)	(1.896)
Descontos concedidos	4	(21)
Variação cambial passiva	(169.710)	(11.941)
Outras despesas financeiras	(12.991)	(1.971)
	<u>(307.047)</u>	<u>(100.274)</u>
Resultado Financeiro	<u>(94.762)</u>	<u>(29.805)</u>

32 Lucro por ação

(a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2015	2014
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	350.215	480.110
Denominador básico/diluído		
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON	5,34516	7,32768
PN	5,87968	8,06045

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

33 Arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 274 contratos de locação de suas lojas firmados, sendo 273 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis (“ABL”) do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado

anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2015, as receitas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 61.703 (R\$ 57.079 em 31 de dezembro de 2014) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 58.754 (R\$ 54.166 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2015 totalizam um montante mínimo de R\$ 562.781, sendo:

Vencimento	Valor Nominal
2016	62.840
2017	64.851
2018	66.926
2019	69.068
Demais vencimentos até 2023	299.096
Total	562.781

34 Compromissos, obrigações e direitos contratuais

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os aluguéis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R\$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo e 1 depósito na região de Brasília-DF.

(b) Com terceiros

A controlada Lojas Riachuelo possui compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Natureza	Valor
Compromisso e/ou obrigação	
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	193.226

(c) Arrendamento operacional – Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Lojas Riachuelo possuía 285 (257 em 31 de dezembro de 2014) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 195.249 (R\$ 157.467 em 2014). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 14.068 R\$ 10.358 em 2014).

Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2014, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.738.900, sendo:

Vencimento	Valor
2016	252.653
2017	246.416
2018	234.241
2019	212.715
2020	192.777
2021 a 2028	600.098
	<u>1.738.900</u>

35 Cobertura de seguros

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

As premissas de risco adotadas, dada à natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaaval a fumaça/lucros cessantes	395.154
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	300.669
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	100% Segurado

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

36 Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, como segue:

Valores que não afetaram o Fluxo de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Juros sobre capital próprio propostos	135.895	133.424	135.895	133.424
Transferência de Contas a Receber de Clientes para Investimentos em Controladas	264.987	269.944	-	-
Transferência de Contas Dividendos a Receber para Investimentos em Controladas	30.766	30.056	-	-
Transferência de Contas Alugueis a Receber para Investimentos em Controladas	4.250	30.056	-	-
Aumento do capital social da Controladora com a capitalização de reservas	300.000	300.000	300.000	300.000

Seção F – Políticas contábeis¹

37 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

37.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”) que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não adota *hedge accounting*.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas operacionais, líquidas" se existirem.

37.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

37.3 Ativos financeiros

37.3.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 13 e 10).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são considerados não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

37.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

37.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

37.3.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

37.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo.

Na Controladora, referem-se substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil do contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos saldos estão reconhecidos pelo valor justo.

(a) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

37.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

37.6 Propriedade para investimento

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 16.

37.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na Nota 17. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à

compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10
Propriedade para investimentos	40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

37.8 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

(b) Pontos Comerciais

Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

37.9 Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. No exercício 2015 não foram identificados evidências de perdas não recuperáveis.

37.10 Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

37.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

37.12 Provisões para riscos trabalhistas e tributárias

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

37.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a

qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

37.14 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

37.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

(b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

37.16 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, representadas por 62.400.000 ações nominativas, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais.

37.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

(a) Venda de produtos

A Guararapes Confeções S.A. produz uma variedade de confeções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confeções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito, nas próprias lojas.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

37.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

37.19 Norma nova, alteração e interpretação de norma que ainda não está em vigor

A seguinte nova norma, alteração e interpretação de norma foi emitidas pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessa norma, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010

e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

38 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- . IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

39 Eventos Subsequentes:

a) Investimentos

A Midway Financeira, optou por destinar parte do imposto de renda apurado em 2008, para a aquisição de cotas do projeto cinematográfico "Língua Seca", o qual alterou o nome em 20/07/2015 para "Reza a Lenda", sendo que sua estreia nos cinemas foi em 21/01/2016, o valor investido foi de R\$ 213.

b) Instrumentos Financeiros e Derivativos

Em janeiro de 2016 a Midway Financeira contratou operação de Swap com instituição financeira de primeira linha a fim de minimizar os efeitos das oscilações da taxa de cambio e proteger o empréstimo com variação cambial contraído também em janeiro de 2016 no valor de R\$ 161.400.

c) Proposta de dividendos distribuídos

Em 2015 a diretoria da Midway Financeira propôs dividendos totais de R\$ 199.561, os quais foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 2016. Nesse sentido, estão registrados no passivo da Midway Financeira em 31 de dezembro de 2015, apenas os dividendos mínimos obrigatórios do exercício atual e anteriores no valor de R\$ 41.743. Os dividendos adicionais ao mínimo propostos no valor de R\$ 157.818, estão apresentados no patrimônio líquido da Midway.